

Brasil promove a igualdade de gênero como caminho para a paz

Renata Giannini

Maiara Folly

Pérola Pereira e Mariana Lima*

29 Outubro 2015 | 14h 03

Artigo publicado originalmente no

O Brasil comprometeu-se a ampliar seu papel na promoção da igualdade de gênero como forma de promover a paz duradoura. Na última terça-feira, . Tal declaração coincide com o 15º aniversário desta resolução que fundou a Agenda 'Mulheres, Paz e Segurança' (MPS) e com o lançamento do . Resta agora atentar para que o processo de elaboração do plano brasileiro seja inclusivo, transversal e interinstitucional. Afinal, a promoção da igualdade de gênero fora de casa depende também do contexto nacional e do comprometimento do governo e da sociedade.

Esta agenda é conformada por oito resoluções que, além de promover a liderança de mulheres, atenta para o uso da violência sexual como arma de guerra. A agenda já deu importantes passos, como a promoção de um arcabouço normativo e institucional no âmbito da ONU, e a . No terreno, também foram criadas unidades de gênero responsáveis por garantir que fossem levadas em conta. Houve também a elaboração de , voltados para a proteção contra crimes baseado no gênero, guias de conduta e manuais, entre outros. Estes contribuíram para avançar o entendimento de que a paz só será sustentável quando alcançada por todos, inclusive pelas mulheres.

Apesar dos avanços normativos, persistem desafios. Há uma sobrevalorização da agenda voltada para a proteção, também central, mas que pode reforçar estereótipos. A mulher é percebida mais como elemento vulnerável a ser protegido do que como agente de paz e de transformação. Além disso, por vezes, a violência sexual é vista como consequência da dinâmica nefasta dos conflitos, e não como um crime detestável e desumano. Lembremo-nos de que e que ela também ocorre em ambientes pacíficos. No fim das contas, crimes como este têm a ver com a desigualdade de gênero e com o status diferenciado que homens e mulheres têm na sociedade. Para proteger, é preciso empoderar.

Esta agenda e um plano de ação podem ser fundamentais para a promoção da igualdade de gênero. Não somente em nações devastadas pela guerra, mas também em países que se propõem a promover a paz. Nos últimos anos, , tanto por meio do de programas de cooperação sul-sul que incluem atividades de formação e capacitação para o enfrentamento da violência baseada em gênero, como por meio do avanço de uma maior participação feminina nas forças armadas brasileiras.


A notícia de que a Força Aérea, a Marinha e o Exército estão caminhando para uma incorporação cada vez maior das mulheres - inclusive em armas de combate - merece ser celebrada, mas não deve silenciar o fato de que o número de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras ainda é baixo, . Nos Estados Unidos a porcentagem é de , na França . Nesses países, mulheres militares já podem exercer altos postos de comando. Se, por um lado, a abertura às mulheres reforçaria a capacidade de combate e comando destas, por outro, expõe a necessidade de esforços de integração efetivos que gerem um ambiente que permita que mulheres atuem de maneira eficaz e segura.






A agenda, no entanto, não se limita às Forças Armadas. É preciso que o Brasil melhore ao terreno. Estas devem estar aptas a assumir

posições de liderança e sua atuação não deve ser restrita a atividades de menor risco que as exercidas pelos homens. No plano externo, a inexistência de uma política nacional de envio de policiais do sexo masculino e feminino a missões fora do País dificulta a presença de policiais brasileiras em operações de paz. Os desafios atuais demandam um maior envolvimento de instituições ligadas ao estado de direito e ao setor de segurança. Demandam também o aumento do número de diplomatas e civis brasileiras envolvidas nesse processo, estejam elas sentadas à mesa de negociação ou atuando no terreno.

Se bem-sucedido, o esforço de promoção de maior igualdade de gênero no Brasil reforçará a ambição do País de ampliar sua contribuição para temas que dizem respeito à segurança internacional. O envolvimento de diversos setores do governo e da sociedade, inclusive a sociedade civil e a academia, na elaboração deste plano é fundamental para que este seja um instrumento de promoção da igualdade de gênero de fato e não somente normativa.

*** Renata Giannini e Maiara Folly são pesquisadoras do Instituto Igarapé; Pérola Pereira é mestra em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e ex-pesquisadora do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa e Mariana Lima é pesquisadora do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa**



 <p>Panasonic Viera LED 32 polegadas</p> <p>A PARTIR DE: 10 x R\$ 159,90</p>	 <p>Tablet Samsung Galaxy Tab 3 Lite 7.0 SM-...</p> <p>A PARTIR DE: à vista R\$ 664,05</p>	 <p>Tablet Multilaser M9 Wi-Fi 8 GB</p> <p>A PARTIR DE: 4 x R\$ 72,50</p>	 <p>Monitor BenQ RI2240H 21.5 polegadas</p> <p>A PARTIR DE: à vista R\$ 824,50</p>	 <p>Microsoft LifeChat LX-3000</p> <p>A PARTIR DE: 3 x R\$ 62,03</p>
---	---	--	---	---

○ ○ ●